

PROTEÇÃO E SUSTENTABILIDADE: 30 DICAS SOBRE COMO SE PREVENIR DE ABUSOS E CONSUMIR COM MAIS CONSCIÊNCIA

PROTECTION AND SUSTAINABILITY: 30 TIPS ON HOW TO PREVENT ABUSE AND CONSUME MORE CONSCIOUSLY

Clarisse Pereira Zifirino¹
Mateus da Silva Nogueira²
José Leonardo Gomes Coelho³
Willma José de Santana⁴

Galvão A, organizadora. Proteção e sustentabilidade: 30 dicas sobre como se prevenir de abusos e consumir com mais consciência. 1nd ed. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC); 2018.

O livro *Proteção e Sustentabilidade: 30 dicas sobre como se prevenir de abusos e consumir com mais consciência*, é uma realização do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), foi lançado em setembro de 2018, sob a organização de Anne Galvão. Com o objetivo de orientar os potenciais leitores sobre como fazer escolhas mais confiáveis saudáveis e ecológicas nas compras do dia a dia, bem como esclarecer seus direitos como consumidor. O livro contém 8 capítulos e 46 páginas e aborda 30 dicas acerca do consumo consciente e seguro; sendo eles intitulados respectivamente como: Introdução, Finanças, Alimentação, Saúde, Energia, Mobilidade, Telefonias, internet e direitos digitais e a questão dos resíduos.

No capítulo 1 introduz-se o assunto ressaltando os eixos: Consumidor protegido, Consumo consciente, Arrependimento e troca de produtos e Publicidades enganosa e abusiva. É feita uma explanação geral acerca da temática de forma sucinta destacando o código de defesa do consumidor e orientações para o consumo, ainda resalta o fato de que é necessário, compreender a ação de compra enquanto prática política para que assim seja possível valorizar o papel do consumidor.

O consumidor desempenha um papel crucial para o comércio, principalmente para distinguir o valor e a qualidade do produto e serviço no comércio. Diante disso o Direito do

Consumidor é motivo de constante discussão e interesse por meio da sociedade brasileira contemporânea, por conta dessa relação de valor crescendo a cada dia. Historicamente o direito do consumidor se estabeleceu conforme as necessidades observadas na sociedade, em que mudanças nos modelos econômicos acarretaram na urgência em proteger o mesmo¹.

No segundo capítulo é descrito como lidar com prazo de dívidas, planejamento financeiro, portabilidade de crédito. Utilizando ferramentas como: guia dos Bancos responsáveis, Planilha: Orçamento doméstico e Documentário: No caminho do superendividamento, tornando de extrema importância a temática abordada nesse capítulo, pois existem sérios números da população que tem problemas com dívidas, e nesse capítulo há uma abordagem que pode facilitar o leitor de resolver esses problemas.

No capítulo 3 é enfatizado a importância da indústria e do governo adotarem políticas que induzam mudanças no mercado para contribuir hábitos alimentares mais saudáveis, pois citam que não depende só do indivíduo. São ressaltados que bons hábitos alimentares podem ser alcançados através do consumo Alimentos in natura, diminuindo o uso de óleos, sal e açúcar, bem como evitando alimentos processados e comprando diretamente na feira por serem cultivados de forma diferente. Ainda é ressaltado como lidar com os rótulos confusos destacando que é necessário ser criterioso, também fala sobre os alimentos transgêneros e seus impactos para saúde que se resumem ao aumento das alergias, ao aumento de resistência aos antibióticos e o aumento das substâncias tóxicas.

Existem muitas perspectivas e dilemas dentro deste cenário onde o governo, principalmente no campo das políticas públicas voltadas para o enfrentamento de questões amplas e

¹ Graduanda em Farmácia, Faculdade de Juazeiro do Norte – FJN.

² Graduando em Farmácia, Faculdade de Juazeiro do Norte – FJN.

³ Graduando em Farmácia, Faculdade de Juazeiro do Norte - FJN. E-mail: leonardo-coelho-10@hotmail.com

⁴ Pós-Doutoranda em Ciências da Saúde, Faculdade Medicina do ABC – FMABC, Santo André/SP; Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade de Juazeiro do Norte – FJN, Ceará.

complexas como a Alimentação e Nutrição, refere-se aos papéis desempenhados pelos setores governamentais e privados sendo eles lucrativo e não lucrativo na promoção de práticas alimentares saudáveis².

O eixo saúde é abordado no quarto capítulo destacando a relevância da melhora da qualidade dos planos de saúde e da oferta adequada de medicamentos, ainda é orientado sobre direitos e estimulando a denúncia de práticas abusivas. Texto não faz referência apenas ao uso de planos particulares, também traz informações sobre o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), salientando seus princípios doutrinários, além disso explana sobre os reajustes anuais que acontecem e como implica na vida do consumidor, detalhe esse que vem sendo abordado em todo o livro.

A saúde é considerada como um direito do consumidor, porém essa premissa implica em atribuir a esse direito um caráter excludente e restritivo que impõe a adesão a uma lógica de proporcionalidade direta segundo a qual quanto maior a contribuição, maior o benefício, tal como uma relação de troca³.

Enquanto o capítulo 5 discorre sobre bandeiras tarifárias, aquecedor elétrico, prejuízos por queda de energia etc., destaca os fatores que levam o alto custo do serviço de energia elétrica e os impactos socioambientais. Para minimizar os gastos é citado como solução o uso de pilhas recarregáveis ou alcalinas, optar por comprar baterias de carro onde aceite o retorno, minimizar o uso de chuveiro elétrico e sempre usar a capacidade máxima de máquinas de lavar, assim sendo possível minimizar o uso e gastando apenas a energia de uma vez só.

O setor de energia implantou ações com possibilidade de participação pública nas decisões da Agência ao envolver sociedade, prestadores de serviços e instituições públicas por meio de instrumentos como audiências públicas, ouvidoria setorial, conselho de consumidores, reuniões públicas da diretoria, agenda regulatória e análise do impacto regulatório⁴.

No capítulo 6 e 7 são abordados assuntos vinculados à má qualidade do transporte, gestão da mobilidade, mobilidade urbana, dados pessoais na rede, serviços no celular.

O capítulo 8 esclarece que os lixões podem até ser vistos como amontoados sem valores, mas que podem ser reaproveitados ou reprocessados de diversas formas, pois por mais que não, aparentemente o lixo pode gerar riqueza, assim como contribui para a preservação da natureza, o que consequentemente representa economia para as empresas.

Atualmente é nítido como a gama de produtos sustentáveis está crescendo, sempre em busca da preservação do meio ambiente, através da redução de lixo produzido e que inevitavelmente acaba sendo descartado em lugares inadequados. Existem muitos desses produtos que podem ser reutilizados onde desempenham um papel de extrema importância para o mercado, onde cada qual é sua contribuição para o mundo⁵.

Sem dúvidas este material alcança seus objetivos, pois é escrito de maneira clara, concisa e com uma linguagem de fácil entendimento. O autor não se limita a explicar apenas o conteúdo básico de cada item, mas explora a importância de cada um, oferecendo ao leitor a chance de rever cada tópico de como está sendo seu consumo e se de fato está preparado

para o mercado, bem como o consumidor ele reconhece sua importância neste meio.

A abrangência do conteúdo torna inevitável algumas repetições, até porque alguns temas apresentados se sobrepõem.

Ainda que o foco seja sobre um consumo consciente, é evidente a quantidade de informação sobre saúde e meio ambiente disponibilizado. O livro não se limita a propor passo a passo sobre o consumo, como um mapa a ser seguido do que pode fazer ou não para ter um consumo protegido e consciente, mas traz sugestões dentro de uma perspectiva rica de conhecimentos e fatos um conteúdo teórico que abrange a temática relacionados a cada tópico.

Desta forma, o livro é dividido por capítulos que aborda os problemas até as soluções, levando em consideração os direitos do consumidor, podendo ser útil para aqueles que necessitam mudar seus hábitos de consumo ou os que buscam informações acerca da temática Caracteriza-se como um roteiro de orientações para aprimorar as formas de consumo atual, sendo útil ainda para iniciantes, que se beneficiarão ao ler este material, trazendo muitas informações sobre o consumo, abordando o primeiro contato com seus direitos de consumidor.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor é uma organização não governamental brasileira e sem vínculos governamentais ou empresariais, que visa promover a educação, a defesa dos direitos do consumidor e a ética nas relações de consumos.

REFERÊNCIAS

1. Silva JCQ. Direito do consumidor, aplicação e a eficácia da lei 18.623/15 [Monografia]. Curitiba: Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Tuiuti do Paraná; 2017. Disponível em: <https://tcconline.utp.br/direito-do-consumidor-aplicacao-e-a-eficacia-da-lei-18-62315/>
2. Brasil. Presidente da República. Lei nº 11.346. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vista a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União 2006; 15 set. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documento/s/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.346%2C%20DE%2015,quada%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.>
3. Bussinguer ECA, Salles SM. Saúde no contexto da inter-relação público-privado: um bem público, um bem de consumo ou um direito humano fundamental com vistas à universalidade?. Rev. direitos fundam. Democ. 2018; 23(2), 104:137. DOI: <https://doi.org/10.25192/issn.1982-0496.rdfd.v23i2996>
4. Alves AC, Santos JCA. Os conselhos de consumidores de energia elétrica como Instrumento de participação social. Revista de Direito da Administração Pública, ISSN 2595-5667 2018;1(1):110. Disponível em: <http://redap.com.br/index.php/redap/article/view/135/91>
5. Bertoluci CE, & Sanches RA. Uso da matriz morfológica para desenvolvimento de produtos de moda a partir de matéria-prima reciclada. ModaPalavra e-periódico 2020; 13(27), 74-107. DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/1982615x13272020074>